

A perpetuação do mito do herói nacional em *Tiradentes: poder oculto o livrou da forca, de Assis Brasil*

Vanessa Maira de Aquino Santos
UFPI

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir, através da representação feita pelo romance *Tiradentes: poder oculto o livrou da forca*, como os governantes brasileiros se apropriaram e perpetuaram a imagem de Tiradentes como herói nacional. Para tanto, far-se-á o recorte temporal abordado no romance, a saber, da República ao governo Itamar Franco, contemplando a quinta parte do romance intitulada “O destino é cego”. O estudo em questão terá por base teórica, principalmente, o conceito de invenção das tradições cunhado por Eric Hobsbawm, além das considerações de Benedict Anderson acerca da questão da memória e do esquecimento relacionados à nação.

Palavras-chave: Tiradentes. Tradição. Herói Nacional.

Abstract: *This paper aims at discussing, through the representation made by the novel Tiradentes: occult Power freed him from the gallows, as the Brazilian governors took hold and perpetuated the image of Tiradentes as a national hero. For that purpose, the time cut approached in the novel will be done, knowingly, from the Republic to Itamar Franco's rule, contemplating the fifth part of the novel, called "O destino é cego". The mentioned study will have as theoretical base, mainly, the concept of invention of the traditions created by Eric Hobsbawm, besides the considerations from Benedict Anderson about the questions of the memory and forgetfulness related to the nation.*

Key-words: *Tiradentes. Betrayal. National Hero. History. Literature.*

Introdução

O romance *Tiradentes: poder oculto o livrou da forca* foi escrito em 1993 por Assis Brasil, piauiense possuidor de uma vasta obra e ganhador de diversos prêmios literários. Entre seus livros mais conhecidos encontram-se os romances *Beira rio beira vida* (1965) e *Os que bebem como os cães* (1975). A obra a que se refere o trabalho faz parte de uma série de romances históricos do autor reunidos na coletânea *Brasil 500 anos: das origens à República*. O romance divide-se em

cinco partes, sendo cada uma delas antecedidas por uma espécie de resumo dos acontecimentos que ocorrerão, recebendo a denominação de “A trama”.

Como o título do romance sugere, nele encontraremos outra versão para a participação de Tiradentes na Inconfidência Mineira, a de que o tão louvado herói nacional não foi enforcado no dia 21 de abril de 1792, ele teria sido trocado por outra pessoa, operação realizada pela Maçonaria com a qual, supostamente, Tiradentes mantinha contato. Além de apresentar outra versão a respeito de Tiradentes, o romance mostra as estratégias de perpetuação de sua imagem como herói nacional, estratégias estas desenvolvidas pelos governantes brasileiros inclusive em situações de golpe, como o caso representado da ditadura.

Essa outra face de Tiradentes é exposta no romance tendo como justificativa uma série de epígrafes e citações de historiadores. Há uma miscelânea dos discursos históricos oficiais e dos não oficiais num movimento de contraposição entre os mesmos. Além das citações e epígrafes dos historiadores, há trechos de documentos relativos à Inconfidência, principalmente os *Autos da Devassa*, ou seja, o processo judicial contra os inconfidentes. Esses documentos ora são questionados por suas lacunas, ora são trazidos como reafirmação do que está sendo defendido pela obra.

Isso nos leva a refletir sobre a intrincada relação que se estabelece entre a ficção e a História nesse romance. Diferentemente da maioria dos romances históricos, que utilizam a História apenas como “pano de fundo”, o romance em estudo vai além ao propor uma nova versão dos fatos históricos e embasada pelos próprios historiadores. Este posicionamento faz com que o estatuto da História enquanto verdade acerca do passado seja abalado, demonstrando, dessa forma, aproximações com a ficção. A História seria não a verdade, mas, assim como a ficção, a narrativa de uma possibilidade, já que o passado é impossível de ser conhecido em sua totalidade. O historiador Hayden White (2001) assim discorre a esse respeito:

Vistos apenas como artefatos verbais, as histórias e os romances são indistinguíveis uns dos outros. (...) Ambos desejam oferecer uma imagem verbal da “realidade”. (...) Neste aspecto, a história não é menos uma forma de ficção do que o romance é uma forma de representação histórica (WHITE, 2001, p. 138).

White defende a ideia de que a História é uma narrativa regida pelos mesmos princípios da escrita literária, observando, ainda, a relevante parcela de subjetividade contida nessa escrita em detrimento da tão propalada objetividade positivista. Esse autor chega a afirmar que as narrativas históricas são “ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto

descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências” (WHITE, 2001, p. 98).

A concepção da História como narrativa também foi objeto de estudo pelo historiador Paul Veyne na obra *Como se escreve a história* (1998), na qual ele discute sobre o estabelecimento de um enredo por parte do historiador para a descrição dos fatos. O autor afirma que esse enredo é construído a partir da interpretação que o historiador faz dos vestígios do passado. Assim como White, Veyne assevera que a História não consiste na verdade, pois o conhecimento acerca do passado é lacunar e a História apenas pode oferecer uma interpretação dos vestígios na forma narrativa, sendo esta produzida com grande participação da subjetividade do historiador:

Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco científica de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua conveniência (VEYNE, 1998, p. 42).

Partindo dessas concepções, é que entendemos a dinâmica estabelecida entre o discurso histórico e o ficcional no romance *Tiradentes*: poder oculto o livrou da força. Ao expor um novo olhar sobre a história de Tiradentes, mostrando diversas “tramas” para o mesmo acontecimento, vemos que a História pode ser próxima da ficção. Trazendo essa discussão para o foco deste trabalho, uma nova versão sobre Tiradentes nos leva a refletir até que ponto esse herói realmente existiu ou foi inventado, fantasiado para servir a determinados interesses de quem detinha o poder. Por meio da representação feita pelo romance, examinaremos as estratégias de perpetuação da imagem de Tiradentes como herói, utilizadas pelos governantes brasileiros, desde o estabelecimento da República até o governo Itamar Franco.

Memória e o herói nacional

Ao tocarmos na questão da continuidade em relação ao passado, conseqüentemente estaremos nos referindo à memória. A perpetuação do mito do herói nacional está intimamente ligada a essa temática. Benedict Anderson (2008) comenta a respeito de uma memória ligada ao jogo do lembrar e do esquecer. Ele explica que muito desse movimento é expresso pelas narrativas dos historiadores e exemplifica com o caso francês de Michelet, como aquele que falava em nome dos “mortos”, criando uma série de imagens nacionais que representavam o momento histórico pós-revolução que a França passava:

(...) Michelet deixou claro que o objeto da sua exumação não era de forma alguma um conjunto aleatório de mortos anônimos e esquecidos. Eram aqueles cujos sacrifícios, ao longo de toda a história, possibilitaram a ruptura de 1789 e o surgimento autoconsciente da nação francesa, *mesmo quando esses sacrifícios não eram entendidos como tais pelas vítimas* (ANDERSON, 2008, p. 270, grifos do autor).

A citação anterior nos ajuda a compreender o movimento de apreensão da imagem de Tiradentes pela República e, posteriormente, pelos movimentos políticos que se seguiram. Era necessária uma figura emblemática da luta pela constituição da nação, assim como em Michelet só interessavam os mortos que ajudaram no surgimento da nação francesa. Segundo registra a historiografia oficial, Tiradentes teria sido aquele que foi punido pelo sonho de ver o Brasil livre das amarras de Portugal. O historiador Paulo Miceli, na obra *O mito do herói nacional*, discorre sobre a popularidade do herói Tiradentes:

(...) Tiradentes saltou de sua condição para lutar por seus iguais, e se não conseguiu emancipá-los, ao menos ganhou lugar de destaque na história, o que – num país de tradição religiosa como é o Brasil – equivale à conquista do Paraíso, após uma vida de privações e sacrifícios (MICELI, 1991, p. 9).

Voltando às considerações de Anderson, trataremos agora do esquecimento. O autor exemplifica esse artifício com outro historiador francês, Renan, que publicou *Qu'est-ce qu'une nation?* oito anos após a morte de Michelet. Renan considera que o esquecimento coletivo de certos eventos é fator de pertencimento à nação. Ele se refere a massacres da história francesa, como a Saint-Barthélemy, que todo cidadão francês devia ter esquecido. Anderson sintetiza o pensamento de Renan:

Dever “já ter esquecido” tragédias que precisam ser incessantemente “lembradas” revela-se um mecanismo típico na construção posterior das genealogias nacionais. (É instrutivo que Renan *não* diga que todo cidadão francês precisa “já ter esquecido” a Comuna de Paris. Em 1882, ela ainda não era um mito e a sua lembrança permanecia viva e dolorosa o bastante para que não fosse tão fácil entendê-la sob o signo do “fratricídio tranquilizador”) (ANDERSON, 2008, p. 274, grifo do autor).

Trazendo essa discussão para o romance em estudo, observamos que a perpetuação do mito do herói nacional não questiona se esse homem Tiradentes teve a conduta de herói realmente. O romance nos mostra que não foi ele o enforcado do dia 21 de abril de 1792,

tornando-se, portanto, complicado considerá-lo herói por essa perspectiva. Porém, o romance não só expõe outra versão sobre Tiradentes como, também, a “cegueira” em relação a esta, já que a parte à qual estamos analisando traz essa ideia no título (“O destino é cego”). Essa “cegueira” tem por mecanismo o esquecimento, apenas o martírio do grande herói deve ser lembrado, nunca suas falhas ou interesses pessoais, mas o interesse coletivo de libertar uma nação. Anderson (2008) chama atenção para a questão de que, mesmo utilizando exemplos franceses para demonstrar a relação do lembrar e do esquecer nas genealogias nacionais, isso não é exclusivo deste contexto, ocorrendo, portanto, em vários outros lugares. A narrativa exposta pelo romance *Tiradentes*: poder oculto o livrou da força sugere a ocorrência desse jogo “esquecer/lembrar” no contexto de formação do mito do herói nacional brasileiro.

Um fator a ser observado nas afirmações de Anderson, é a participação da História como elemento formador da nacionalidade. Ele nos mostrou historiadores que, embasados em determinados princípios (lembrar/ esquecer), surgidos de acordo com o momento histórico no qual estavam inseridos, lidavam com o passado na construção das genealogias nacionais. O autor exemplifica com a época das revoluções na Europa e nas Américas, em que houve todo um movimento para aprofundar as questões referentes à nacionalidade. Era preciso ter um passado adequado para essas nações e a História surge como cooperadora nessa busca:

A solução aplicada tanto no Novo quanto no Velho Mundo foi encontrada na história, ou melhor, na história montada em determinados enredos. Observamos a rapidez com que as cátedras de história se seguiram ao Ano I. Como observa Hayden White, é igualmente surpreendente que os cinco gênios patronos da historiografia europeia tenham nascido no quarto de século que se seguiu à ruptura temporal da Convenção: Ranke em 1795, Michelet em 1798, Tocqueville em 1805, Marx e Buckhardt em 1818 (ANDERSON, 2008, p. 269).

Eric Hobsbawm (2008) reafirma o caráter da História nesse sentido, explicando que esta é utilizada como legitimadora de tradições por aqueles que as inventam, funcionando, ao mesmo tempo, como “cimento de coesão grupal” (p. 21). Ele acrescenta que os historiadores têm um importante papel nesse processo, tenham ou não consciência disso:

Todavia, todos os historiadores, sejam quais forem seus objetivos, estão envolvidos neste processo, uma vez que eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político (HOBSBAWM, 2008, p. 22).

Ampliando essa discussão para o âmbito da questão do herói nacional, percebe-se a História como subsídio para a criação de todo um imaginário em torno desse elemento. Além disso, como Anderson (2008) asseverou nos exemplos de historiadores franceses, não podemos esquecer a vinculação dessa História ao momento político no qual ela estava sendo produzida. A esse respeito afirma Chiavenato:

A tendência da historiografia oficial em forjar heróis reflete a necessidade das classes dominantes apresentarem mitos ao povo, para serem seguidos como exemplo de “boa conduta” e acatamento das regras do jogo político. Por isso escreve-se uma história feita pelos grandes homens: exaltando os heróis antigos, esforçam-se para identificá-los com as autoridades atuais (CHIAVENATO, 1989, p. 9).

A figura do herói torna-se de extrema importância como uma “personificação da nação”, termo usado por Eric Hobsbawm (2008) em relação à invenção das tradições, o que discutiremos mais adiante. De acordo com o romance, as autoridades utilizam a imagem de Tiradentes para solidificar movimentos políticos, criando uma associação a um ser que representa a nação como um todo, que lutou pelos anseios da mesma. E a figura desse herói surge como algo inquestionável, no qual se depositam todas as esperanças:

Deste modo, o herói aparece como responsável pela indicação dos caminhos da humanidade e dos papéis que são destinados aos demais, distribuindo ensinamentos e pregando sua moral num espaço onde é perigoso entrar e quase sempre proibido especular ou ser indiscreto. O herói é herói e ponto final. Discutir seu papel é pôr em questão a Pátria, a Religião, as Forças Armadas, a Revolução, o Partido – enfim, todas essas coisas sagradas e intocáveis, respeitosamente grafadas com inicial maiúscula e inscritas, com força de herói, na consciência das pessoas (MICELI, 1991, p. 10-11).

O romance *Tiradentes*: poder oculto o livrou da força faz essa especulação indiscreta à qual se refere Miceli, mostrando as supostas estratégias utilizadas pelos governantes brasileiros para perpetuar a imagem de Tiradentes como herói. O romance se refere à associação da imagem do herói à continuidade do passado da Inconfidência representado pelos governantes no presente, o passado de luta pela liberdade da nação e por melhorias desta. Além disso, ao especular sobre a construção do mito Tiradentes, o romance nos traz a perspectiva daquilo que não foi lembrado, mas que, por conta disso, pode ser narrado, como sugere Anderson: “Desses esquecimentos, em circunstâncias históricas específicas, nascem as narrativas” (ANDERSON, 2008, p. 278).

Apropriação e perpetuação do mito Tiradentes: da República a Itamar Franco

Como dito anteriormente, a quinta parte do romance *Tiradentes*: poder oculto o livrou da forca intitula-se “O destino é cego” e aborda as estratégias desenvolvidas para perpetuar a imagem do herói nacional. O título torna-se provocativo ao supor que o destino, ou seja, a história posterior do país, não se daria conta, ficaria cega para o que “realmente” teria acontecido, a troca de Tiradentes por outra pessoa na forca. A quinta parte do romance divide-se em dois capítulos: “Estranho elenco” e “A máquina do tempo”, sendo o segundo capítulo utilizado como corpus deste trabalho. “A máquina do tempo” subdivide-se em 20 seções, mas nos referiremos apenas àquelas que contemplem as estratégias de perpetuação do mito do herói nacional.

A seção referente à República intitula-se “À procura de um mito” e demonstra certo clima de desordem perante a instituição do movimento:

Assembléia Constituinte, primeira constituição republicana, inspirada no presidencialismo dos Estados Unidos e que nunca seria aplicada. Primeiro presidente e vice-presidente da república, mas o congresso acaba sendo dissolvido... O presidente da república, o velho e doente marechal Deodoro da Fonseca, herói da Guerra do Paraguai, renuncia e assume o vice, o também marechal Floriano Peixoto, que não convoca eleições, enfrenta lutas internas e vislumbra um estado de sítio salvador... (BRASIL, 1999, p. 432).

Segundo José Murilo de Carvalho, em *A formação das almas* (1990), o movimento republicano nasceu sem a participação popular tendo, portanto, pouca repercussão. Além disso, Carvalho chama a atenção para o episódio de a participação militar ter ajudado a diminuir ainda mais a simpatia da população pelo movimento. Como vimos anteriormente no trecho do romance, a República ocorreu de forma desordenada, com dissolução do congresso e renúncia do presidente. Por conta disso, como afirma Sirley Oliveira (2003), não houve tempo para o movimento republicano criar símbolos para fortalecer a associação da nação ao movimento:

A inesperada e rápida proclamação da República fez com que seus participantes não dispusessem de imagens e rituais próprios para realizar com solenidade a sua chegada. Nem mesmo os símbolos nacionais mais evidentes e de uso obrigatório em qualquer forma política, a bandeira e o hino, foram utilizados para ornamentar e acolher o cenário republicano. As tropas que “fizeram” a República não tinham bandeira, a única que existia pertencia ao Império e foi jogada fora. Quanto ao hino, utilizava-se a “*Marselhesa*”, música cantada pelos revolucionários da Revolução Francesa em 1789 (OLIVEIRA, 2003, p. 28).

De acordo com Carvalho (1990), foi a partir dessa escassez de representação que os republicanos iniciaram uma verdadeira busca por símbolos. Nessa época, surgiram o hino e a bandeira nacional, ambos sendo utilizados para a propaganda republicana na ânsia pela adesão das massas, mas faltava um herói que simbolizasse o ideário republicano. Segundo Oliveira (2003), esta situação gerou conflitos porque os diversos membros sugeriam os heróis de sua preferência. Foram citados nomes como Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, Frei Caneca e até Floriano Peixoto, mas nenhum deles conseguia alcançar em totalidade a representação que o ideal republicano almejava para seu herói. Em relação a essa necessidade dos movimentos políticos de terem um símbolo de representação ligado a um passado histórico, assim discorre Hobsbawm:

Naturalmente, muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos – inclusive o nacionalismo – sem antecessores tornaram necessária a invenção e uma continuidade histórica, por exemplo, através da criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real seja pela lenda (...) ou pela invenção. (...) Também é óbvio que símbolos e acessórios inteiramente novos foram criados como parte de movimentos e Estados nacionais, tais como o hino nacional (dos quais o britânico, feito em 1740, parece ser o mais antigo), a bandeira nacional (ainda bastante influenciada pela bandeira tricolor da Revolução Francesa, criada no período de 1790 a 1794), ou a personificação da “Nação” por meio de símbolos ou imagens oficiais, como Marianne ou Alemanha, ou não-oficiais, como os estereótipos de cartum John Bull, o magro Tio Sam ianque, ou o “Michel” alemão (HOBSBAWM, 2008, p. 15).

Nesse contexto, os republicanos voltam à Inconfidência Mineira e apreendem a imagem de Tiradentes como herói do povo, aquele que lutou pela libertação da nação, dando sua vida para tal feito. Oliveira, tendo por base Carvalho (1990), comenta a respeito da escolha de Tiradentes pelos republicanos:

Para José Murilo de Carvalho, vários fatores levaram à vitória do Alferes ao cargo de herói: o primeiro deve-se ao fato de ele transitar por áreas já consideradas centro político do país – Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo –, locais que por sinal eram pólo das fortes propagandas republicanas. Outro fator importante que influenciou bastante a preferência pela figura de Tiradentes é que este morrera como vítima, “como portador das dores de um povo”, como um simples “mártir religioso”. Mas, sem sombra de dúvida, o segredo maior do êxito de Joaquim José deve-se a que o fato “*de não ter a conjuração passado à ação concreta poupou-lhe ter derramado sangue, ter exercido a violência contra outras pessoas, ter criado inimigos. (...) A violência real permaneceu aos carrascos. Ele foi vítima de um sonho, um ideal, dos loucos desejos de uma sonhada liberdade*” (OLIVEIRA, 2003, p. 30; grifo do autor).

Essa mesma ideia de mártir é exposta no romance na seção destinada à República (“À procura de um mito”), citada anteriormente. O narrador questiona sobre o que estaria sendo noticiado naquele ano de 1889 na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro e apresenta uma entrevista com um professor de Direito que foi vizinho de um velho alfaiate, suposta testemunha do enforcamento de Tiradentes. O nome de Tiradentes, no entanto, não fica explícito no texto, mas subentende-se que se trata dele pela fala do alfaiate:

O que a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, onde escrevia um escritor de renome, Machado de Assis, trazia de interessante naquele ano de 1889? Uma entrevista concedida ao jornal por um professor de Direito, de nome Haboult, que fora vizinho, entre 1841 e 1842, de um alfaiate pardo na Rua dos Ciganos (Constituição), que lhe narrara estranha história.

(...)

— “Meus meninos, aí nunca vão construir casas, porque este terreno é amaldiçoado. Bebeu o sangue de um justo, ou antes, de um santo. Foi aqui esquartejado um inocente pelo crime de nos querer fazer livres. Eu tinha então os meus 19 anos e me lembro perfeitamente que neste lugar o vi dar a alma a Deus” (BRASIL, 1999, p. 432).

Percebe-se pela fala do alfaiate a ideia de mártir religioso expressa por Carvalho (1990) para justificar a escolha de Tiradentes pelos republicanos. A fala de um alfaiate contemporâneo do suposto crime é transposta para uma entrevista no contexto republicano, demonstrando o ideal do movimento de busca por um mito que o represente, o que fica evidenciado pelo título da seção. Além disso, vemos o jogo do lembrar/ esquecer comentado por Anderson (2008). É lembrada, apenas, a questão do martírio pela liberdade da nação, mas ninguém questiona se o suposto “herói”, na época, se comportou como um mártir. Essa parte é esquecida, segundo o romance.

Foi nesse período, também, que a data de morte de Tiradentes foi transformada em feriado nacional a partir do decreto nº. 22.647 de 1889, cumprindo uma série de rituais em torno dessa data. Como visto, os ritos envolvendo a imagem do herói foram criados e institucionalizados para fortalecer o propósito republicano de enaltecer Tiradentes como símbolo do novo regime político. Esse movimento de voltar ao passado, criando tradições em torno deste e justificando ideais do presente é expresso por Eric Hobsbawm no que ele denomina “invenção das tradições”:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer

continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 2008, p. 9).

Essa continuidade em relação ao passado, a que se refere Hobsbawm (2008), pode ser vista no romance. Toda a narrativa apresenta a vida de Tiradentes, sua participação no movimento inconfidente e a troca dele na forca por outra pessoa, um personagem de circo ligado à Maçonaria chamado Renzo Orsini. Porém, a última parte da obra traz essa referência à continuidade do passado e as medidas que foram tomadas para perpetuar a imagem de herói nacional, criando toda uma tradição em torno dele. A figura da “máquina do tempo”, título do segundo capítulo da quinta parte, dá a ideia de construção. É uma máquina que, com o passar do tempo, vai forjando uma imagem. Enfim, ao expor os republicanos apreendendo a figura do herói em benefício de seu movimento político, a vinculação com o passado é explícita, porque eles utilizaram a base de outro movimento político ocorrido anos atrás como suporte, demonstrando ser esse movimento uma continuação do passado inconfidente, tendo à frente a figura do alferes Tiradentes que, também, era militar. Mais um ponto que favorecia a aproximação.

Após essa apropriação por parte dos republicanos, vemos no romance uma série de estratégias esboçadas para que o mito perdurasse. Na seção “Velha testemunha”, o romance nos expõe uma tentativa da imprensa em 1892 de encontrar viva alguma pessoa que tenha conhecido Tiradentes. Essa busca deu-se em comemoração aos cem anos de morte de Tiradentes:

Quando do primeiro centenário de morte do alferes Tiradentes, ponto pacífico na tradição da História do Brasil, alguns jornais convocaram os seus repórteres para uma descoberta incomum: encontrar, ainda vivo, alguém que conhecesse Joaquim José ou tivesse notícias dele quando ainda viajava entre Vila Rica e Rio de Janeiro (BRASIL, 1999, p. 433).

Observa-se no trecho anterior um dos aspectos citados por Hobsbawm (2008) como pertencente à tradição: a repetição. Mostra as comemorações do centenário de morte de Tiradentes, o que supõe uma continuidade ao longo do tempo de comemorações em torno do herói. Segundo Hobsbawm (2008), a questão do ritual e da formalização é inerente à invenção de tradições e tem por base a referência ao passado, sendo esta referência muitas vezes imposta pela repetição. De acordo com o autor, não há ainda estudos expressivos sobre as origens de uma tradição inventada, mas ele acredita que seja mais fácil de detectar nos casos de cerimoniais instituídos oficialmente, pois “provavelmente eles estarão bem documentados” (p. 12). No caso da situação exposta anteriormente, vemos a questão da documentação por meio da imprensa noticiando as comemorações do centenário de morte de Tiradentes. Outro ponto interessante a

ser observado está na expressão “tradição da História do Brasil”, o que nos remete à participação da História como legitimadora da tradição, tema já discutido.

Na seção “Ossos patrióticos”, ocorrem as comemorações do dia 21 de abril de 1936 com a assinatura de um decreto pelo então presidente Getúlio Vargas para o repatriamento da ossada dos inconfidentes degredados na África. Do ato da assinatura ao da chegada dos restos mortais, percebe-se toda uma solenidade e o enaltecimento dos inconfidentes como “heróis da pátria”:

Notícia do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro: “Na Fazenda de São Mateus, Residência do Deputado João Tostes, onde se acha hospedado o Presidente Getúlio Vargas, realizou-se ontem (21 de abril) a assinatura do decreto repatriando os despojos dos Inconfidentes de 1789 mortos no degredo. O Presidente Getúlio Vargas, atendendo ao apelo que lhe dirigiu há dias o escritor Augusto de Lima Jr., em carta-prefácio das biografias de Gonzaga e Marília de Dirceu, quis dar a esse decreto um significado realce, assinando-o em território mineiro, num solar de família representativa das virtudes da raça montanhesa (BRASIL, 1999, p. 434).

Observa-se todo o esforço de tornar o evento algo importante e enaltecido dos “heróis”. Getúlio Vargas assina o decreto justamente na data de morte de Tiradentes, representante mor do movimento. Além disso, o faz em uma casa mineira, o próprio narrador chamando atenção para o fato ao afirmar que o presidente quis dar “um significado realce” ao mesmo. A casa escolhida para tal não foi qualquer casa mineira, mas de uma “família representativa das virtudes da raça montanhesa”. Exalta o povo mineiro, virtuoso, de onde saíram as almas também virtuosas que, agora, por um ato solene do presidente, voltam a se integrar à sua gente. Mais adiante, é narrada a chegada dos despojos:

Em 27 de dezembro, notícia do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro: “Chegaram anteontem a esta capital, transportados pelo navio Bagé, os restos mortais dos inconfidentes que na África faleceram durante o duro exílio que lhe impôs o então governo de Portugal, após a devassa de 1789. Quando do desembarque dos despojos, havia um intenso movimento na Praça Mauá e no começo da Avenida Rio Branco, onde formaram tropas de terra e mar, em homenagem à memória daqueles heróis da História da pátria” (BRASIL, 1999, p. 434).

Toda uma solenidade é preparada, tropas estão formadas à espera, assim como muitos curiosos. Um ponto a ser observado é que tanto no trecho referente à assinatura do decreto quanto neste último, em relação à chegada das ossadas, o texto está disposto como pertencente a notícias de jornais, sendo até denominados. Além da questão da documentação, já

referida anteriormente como um dos mecanismos destas solenidades tradicionais, há a questão de se apreender uma narrativa da época, o que se pensava a respeito. O que vemos é a glorificação desses heróis. A crítica a Portugal, identificada na expressão “duro exílio”, já demonstra que se os inconfidentes foram heróis por lutarem pela liberdade, sendo considerados “heróis da História da pátria”, opositor a eles devia ser considerado o carrasco. O seguinte trecho apresenta de forma mais clara esse movimento de tornar os inconfidentes heróis nacionais: “O governo fará inumar, em Ouro Preto (Vila Rica), os seus restos mortais, ficando, assim, o povo brasileiro satisfeito por ver repousar no Brasil os ossos dos patriotas que sinceramente se sacrificaram pela sua independência” (BRASIL, 1999, p. 434).

O trecho acima não traz como os demais a indicação de que tenha sido retirado de uma notícia de jornal, mas apesar da falta de referência, este trecho encontra-se na obra *História da Inconfidência Mineira* (1968), de autoria de Augusto Lima Jr., o mesmo historiador que fez o pedido a Getúlio Vargas para a repatriação dos despojos. Aqui observamos a relação entre a satisfação popular e a sublimação do sacrifício desses heróis, com o agravante da expressão “sinceramente se sacrificaram” para tornar o país livre. Mais uma vez o mecanismo do lembrar/esquecer na formação do imaginário popular. Segundo o romance, os supostos heróis aclamados nestas passagens não foram tão heróicos assim. Em primeiro lugar, porque antes da luta pela independência vinha um interesse financeiro de se livrar dos muitos impostos pagos à Coroa portuguesa, depois, porque a maioria, quando o movimento foi descoberto, deu provas de mais alta covardia, uns incriminando os outros.

Percebe-se que esta seção não se dirige a um evento específico sobre Tiradentes, mas aos outros participantes da Inconfidência. Estes foram considerados como heróis posteriormente, seguindo a mesma lógica utilizada para tornar Tiradentes a representação da liberdade da nação. Mas Tiradentes está ali, como pano de fundo, não esqueçamos que o decreto para repatriação dos despojos foi assinado em Minas, em pleno 21 de abril, ou seja, nas comemorações em torno de Tiradentes. A seção “Ossos patrióticos” encerra de forma simbólica o enaltecimento dos heróis, tendo a figura de Vargas ao lançar rosas sobre as urnas funerárias dos inconfidentes: “O Presidente Getúlio Vargas, acompanhado de ‘pessoas gradas’, lançou pétalas de rosas sobre as urnas” (BRASIL, 1999, p. 435). O presidente ao louvar os heróis aproxima-se, implicitamente, da nação que eles representam. Vargas é tão patriota quanto os ossos dos heróis, ideia expressa pelo título de forma interessante ao sugerir o adjetivo aos ossos e não às pessoas.

A seção “O sino da agonia” demonstra a continuação em relação ao passado a que se reporta Hobsbawm (2008) e, ao mesmo tempo, a força da tradição e seu simbolismo. Esta seção nos apresenta a inauguração da cidade de Brasília, no dia 21 de abril de 1960:

Dia 21 de abril, inauguração da nova capital, Brasília. Há um estranho sino de ouro maciço tocando na catedral, mas o seu lugar não é ali, pois terá de voltar a Ouro Preto (Vila Rica) após a cerimônia de homenagem oficial ao alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. (...) No dia 21 de abril de 1792, pelas 11 horas da manhã, este mesmo sino tocou do alto da Igreja Nossa Senhora dos Remédios dos Brancos, em Vila Rica. Correria entre as autoridades portuguesas, porque fora proibida qualquer manifestação do povo naquele dia que não estivesse sob a orientação do governo (BRASIL, 1999, p. 435).

Vemos aqui, a começar pela data da inauguração da cidade, a continuação em relação ao passado, dia de morte de Tiradentes. Para exaltar ainda mais, além da data, trazem o sino de uma igreja de Vila Rica, o mesmo que tocou quando da morte do alferes. O romance coloca as duas situações juntas, presente (inauguração da cidade) e passado (morte de Tiradentes). O sino une os dois episódios como símbolo num movimento de continuação, embora a situação não fosse a mesma. A batida do sino no passado foi algo transgressor, pois, naquela época, Tiradentes não era o herói, ao contrário, era o traidor que devia ser morto para não manchar a dignidade do Império. Há a reversão do discurso da traição para a do herói, o que fica representado na inauguração. Por que Brasília foi inaugurada nesse dia e não em outro? Leva-se em conta o fato de que Juscelino Kubstchek, presidente na época, era mineiro. Um fator de aproximação entre o herói e a autoridade, o que foi dito anteriormente por Chiavenato (1989). Além disso, fica explícita a continuidade da tradição pela questão do ritual, discutida em Hobsbawm (2008).

Agora, apresenta-se a seção em que se observa de forma contundente a apropriação da imagem de Tiradentes como herói para legitimar um movimento político. Trata-se da seção “Os novos inconfidentes” que pelo título já traz a ideia da continuidade do passado expressa por Hobsbawm (2008). Segundo o romance, estes novos inconfidentes são os militares de 1964 e fica evidente, por meio do texto, a intencionalidade da associação Inconfidência – golpe militar. A seção inicia com a apresentação do líder do movimento, Aluizio Aragão Villar, que teria sido responsável pela transposição do movimento inconfidente para a situação do golpe:

Ele de fato, teórico do movimento, não precisava fazer muita força para “legitimar” o golpe, dando como “inspiração” histórica a Inconfidência Mineira, embora tenha havido, sem dúvida, uma “torção ideológica” em relação aos ideais de uns poucos conjurados. (...) Foi de fato uma inteligente e matreira “apropriação” política, pois a Inconfidência Mineira não contara com as camadas populares, sendo talvez só Tiradentes um representante das classes subalternas, e em termos. Aragão Villar diz com tranqüilidade: “A Inconfidência Mineira parece ter sido o primeiro estágio do nosso movimento revolucionário. Aquele estado de espírito permanente e duradouro vincula-se à força psicossocial, embora dinamize-se, evolua-se na consecução do respeito ideário. Foi assim que chegamos ao magnífico estuário do Movimento do Março de 1964” (BRASIL, 1999, p. 436).

Viu-se no trecho a referência ao movimento inconfidente como legitimador do golpe militar, tendo à frente um líder que sempre recorre a essa continuação de um passado apropriado. Percebe-se um duplo movimento: enaltecer a figura do herói Tiradentes e de seus companheiros inconfidentes e enaltecer o próprio movimento militar, tendo por justificativa a continuação dos ideais dos heróis da nação. Se nas outras situações a associação ao caráter político ocorria de forma mais velada, deixando as tradições em torno do herói em primeiro plano, aqui se vê a apropriação do mito apenas como um meio de alcançar fins políticos explícitos. O romance nos demonstra os mecanismos de apropriação ao revelar a figura do líder Aragão Villar repetindo essa referência histórica ao movimento:

Em sua articulações políticas Aragão Villar precisava falar no grande mito nacional, tantas vezes já tendo se referido à Inconfidência Mineira. E não vacila em prosseguir no paralelo legitimatório do movimento: nos quartéis refere-se aos “ideais de Tiradentes” e “aos postulados da Inconfidência Mineira (BRASIL, 1999, p. 436).

Com o regime militar estabelecido, uma série de medidas foram tomadas para elevar ainda mais a imagem de Tiradentes como herói. Segundo Oliveira (2003), na década de 1960 houve uma verdadeira eclosão de condecorações cívicas relacionadas a Tiradentes. O herói foi eleito “Patrono da Nação Brasileira”, segundo a Lei Federal nº- 4.897, sancionada pelo general-presidente Humberto Castelo Branco:

Art. 1º- Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, é declarado Patrono cívico da Nação Brasileira.

Art. 2º- As Forças Armadas, os estabelecimentos de ensino, as repartições públicas e de economia mista, as sociedades anônimas de que o Poder Público fôr acionista e as empresas concessionárias de serviço público homenagearão (...) a excelsa memória desse patrono (...) inaugurando, com festividades, no próximo dia 21 de abril, efeméride comemorativa de seu holocausto, a efígie do glorioso republicano.

Parágrafo único: As festividades de que trata este artigo serão programadas anualmente.

Art. 3º- Esta homenagem do povo e do Governo da República em homenagem ao Patrono da Nação Brasileira visa evidenciar que a sentença condenatória de Joaquim José da Silva Xavier não é labeu que lhe infame a memória, pois é reconhecida e proclamada oficialmente pelos seus concidadãos, como o mais alto título de glorificação do nosso maior compatriota de todos os tempos (Lei Federal nº 4.897 apud OLIVEIRA, 2003, p. 37).

Esta lei determinava, ainda, como a imagem do herói deveria ser reproduzida. O romance nos apresenta esta situação na seção “Aberração histórica”. Nela há o trecho do decreto

que institui como modelo de reprodução uma estátua existente no Rio de Janeiro, no Palácio Tiradentes:

Em plena ditadura militar, a assinatura da Lei nº 4.897 transforma o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, no patrono da nação brasileira. E para lembrar a sua tradicional e popularizada imagem barbada e de cabelos longos, de “fisionomia caracteristicamente judaica”, foi baixado o Decreto nº 58.168, que estabelecia “como modelo para a reprodução da figura de Tiradentes a efígie de Joaquim José existente em frente ao Palácio Tiradentes, na Cidade do Rio de Janeiro” (BRASIL, 1999, p. 437-438).

Observa-se que agora, além dos outros artifícios de perpetuação da tradição, como os eventos cívicos, entra uma questão importante, a representação imagística. Em estudo realizado por Maria Alice Milliet, na obra *Tiradentes: O Corpo do Herói*, a autora procede a uma análise de como Tiradentes foi representado nas artes plásticas. Segundo a pesquisadora, a imagem que ganha força é a do mártir aproximado à figura de Cristo, sendo encontrada em diversas obras. Em relação à representação da imagem do herói, destaca Milliet:

O herói consagra-se pela imagem. A visualidade impõe-se sobre os depoimentos da época, sobre os escritos da história, sobre os textos literários. Através da imagem mobiliza-se o sentimento popular, passam-se idéias e valores, firma-se o Tiradentes como símbolo da nacionalidade. A referência maior continua sendo a do mártir, mártir da liberdade, porém com conotação cristã (MILLIET, 2001, p. 256).

Esta representação com conotação cristã, a que se refere Milliet (2001), é perceptível na seção do romance exposta anteriormente. O narrador insinua abertamente que o decreto que determinava o modelo de representação do herói teve por objetivo “lembrar sua popularizada imagem barbada e de cabelos longos”. A associação a Cristo não vem explícita nominalmente, mas a expressão “caracteristicamente judaica” remete à fisionomia cristã, já que Cristo era judeu. Observa-se, também, que a expressão está entre aspas no romance, o que chama atenção para esta como algo em que devemos nos deter. Apoiados nas afirmações de Milliet (2001), cremos que esta seção do romance, assim como as demais, sugere, mais uma vez, o uso que as autoridades fazem da imagem de Tiradentes numa tentativa de perpetuação. Agora, ele não é apenas a “nação personificada”, mas representa o próprio símbolo cristão.

Conforme o romance, na seção “Revogada a efígie”, apenas dez anos depois, em 1976, durante a presidência de Ernesto Geisel, o decreto que determinava o modelo de representação foi revogado. Tal fato teria ocorrido devido às manifestações dos artistas pela liberdade de criação:

Somente depois de dez anos de protestos – não se podia esbravejar muito na época – o decreto do Presidente Castelo Branco foi revogado pelo então Presidente Ernesto Geisel, que tinha recebido o “bastão da ditadura”, “considerando a manifestação autorizada do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, com o apoio de instituições e mestres igualmente dedicados à História do Brasil” (BRASIL, 1999, p. 438).

A seção “Terra de ladrões” traz as comemorações dos 200 anos de morte de Tiradentes realizadas em 1992. Aqui vemos a continuação da tradição por meio das festividades cívicas. São 200 anos de repetição da tradição, lembrando que a repetição é considerada por Hobsbawm (2008) como um dos elementos da perpetuação de uma tradição:

Embora o decreto do Presidente Ernesto Geisel, de 1976, indicando que o modelo da efígie do alferes Joaquim José não é mais aquela, barbada e cabeluda, do palácio que leva seu nome, no Rio de Janeiro, a imprensa e demais meios de comunicação continuam a divulgar a “fisionomia caracteristicamente judaica” do enforcado de 21 de abril de 1792. (...) Teatro nas ruas, procissões, missas de ação de graças, teatro nos Arcos da Lapa, que foram mandados construir por um parente do tenente-coronel Freire de Andrade, e sempre aparecendo a mesma figura com baraço, crucifixo, serapilheira e toutiço cabeludo, barba nazarena. Parece que somente o grupo teatral de Antunes Filho ousou apresentar um Tiradentes de “rosto glabro” (BRASIL, 1999, p. 440).

Este trecho da seção nos apresenta uma continuação da representação da imagem de Tiradentes cristianizado, mesmo após a revogação do decreto que determinava aquele modelo. Aparecem como responsáveis por esta veiculação a imprensa e os demais meios de comunicação, todos contribuindo para a formação do imaginário popular. Além disso, vê-se todo um evento preparado para a comemoração com missa e teatro. Em todas elas a representação do mártir com os instrumentos do enforcamento, “baraço”, “serapilheira” e até um crucifixo. A imagem do mártir cristianizado fica evidente também na expressão “barba nazarena”. A perpetuação do mito é demonstrada por várias estratégias, por meio da imagem e de toda a celebração que favorecem o prosseguimento da tradição. A continuação em relação ao passado, como uma forma de associação com a entidade política do presente, também é demonstrada nesta seção:

Mas as comemorações entusiásticas e patrióticas da morte de Tiradentes foram empanadas por algo triste, vexatório, senão “tradicional” da política brasileira, herdeira da falta de ética e da corrupção do visconde de Barbacena, governador de Minas, e da influência, junto ao poder, do capitalista João Rodrigues de Macedo. (...) É que pela primeira vez no Brasil um presidente da república sofre processo de *impeachment*, o senhor Fernando Collor de Mello,

que há alguns anos havia “seqüestrado” os bens do povo brasileiro, depois de ter dito na véspera que não mexeria nas poupanças (BRASIL, 1999, p. 440).

Neste trecho, a continuação em relação ao passado apresenta-se de forma negativa. Os políticos do presente são herdeiros da corrupção do Visconde de Barbacena, governador contra o qual os inconfidentes se insurgiram. O que se evidencia pelo exemplo “vexatório” de Fernando Collor ao se “apropriar” do dinheiro da população. Nesta passagem, aparece o termo “seqüestrar” entre aspas, termo este empregado na época da Inconfidência. Há a continuação de um passado negativo, corrupto, mas que se torna outra tradição, como o próprio romance o demonstra na expressão “tradicional” ao referir-se à corrupção no Brasil. A tradição de corrupção e a continuação desse passado são reafirmadas pelo título da seção, “Terra de ladrões”.

A última seção do romance mostra a relação de Itamar Franco com a continuação da tradição, ideia esta expressa a partir do título, “Itamar e a tradição”. Mais uma vez, a questão da representação imagística de Tiradentes relaciona-se à tradição. A seção lembra que Itamar, na época vice-presidente, foi o chefe da comissão que conduziu as festividades em 1992 dos 200 anos da morte de Tiradentes. Durante as festividades, Itamar resolve erguer um busto de bronze em homenagem a Tiradentes na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Já presidente, Itamar ganha do escultor o molde em gesso do busto e o coloca em seu gabinete:

Logo que Fernando Collor renunciou, colocando na cabeça a carapuça da corrupção, Itamar Franco, já presidente definitivo, tratou de botar o molde de gesso do escultor Bruno Giorgi no seu gabinete. O alferes Tiradentes, tradicional efigie barbada e com barão que nos acostumamos a ver desde os bancos escolares, substituía retrato pomposo de D. Pedro I, com fardão de gala e peito coberto de condecorações (BRASIL, 1999, p. 441).

Observa-se a continuação da imagem de Tiradentes como mártir cristianizado, continuação esta colocada nesse trecho não só por parte dos políticos, mas também da escola. Além disso, mostra-se a preferência de Itamar por Tiradentes em detrimento da imagem de D. Pedro I. Isto nos leva a refletir sobre um fato ocorrido em 1862, segundo Oliveira (2003), em que fora construída uma estátua de bronze de D. Pedro I no mesmo local em que Tiradentes teria sido enforcado, no Rio de Janeiro, ocasião de protestos por parte dos republicanos:

Em 1862, ocorreu o primeiro conflito em torno da figura de Tiradentes, por ocasião da inauguração da estátua de D. Pedro I, no Largo do Rocio ou Praça da Constituição, na cidade do Rio de Janeiro. Nesse local, onde fora enforcado Tiradentes, o governo erguia de forma bastante suntuosa a imagem do neto da rainha D. Maria I, que condenou à morte o infame alferes SILVA XAVIER. Os republicanos, ofendidos com a exaltação ao monarca, chamaram a estátua

de “mentira de bronze”, expressão que chega a virar grito de guerra no movimento da República (OLIVEIRA, 2003, p. 25).

Diante das observações de Oliveira (2003), cremos ser extremamente simbólico se erguer um busto de bronze de Tiradentes. Não foi possível verificar se o que foi narrado nesta seção em relação a Itamar e ao busto ocorreu de fato, afinal, trata-se de uma obra de ficção, mas a simbologia torna-se clara nessa questão da estátua de bronze e da substituição de D. Pedro I por Tiradentes. Vemos uma permuta de sentidos em relação ao passado e ao presente. Enquanto no passado o bronze significou um insulto à memória de Tiradentes, no presente ele representa uma glorificação ao herói e termina por alcançar sua glória máxima ao ocupar o lugar do monarca, que mesmo cheio de condecorações, é retirado da parede.

Vimos por meio deste trabalho como o romance *Tiradentes: poder oculto o livrou da força* não só apresenta uma nova versão sobre a história de Tiradentes, como também a História oficial chegou até nós. Diante de tantas estratégias de mitificar o herói, percebemos pelo romance as intenções dos regimes políticos de se identificarem com o herói, utilizando tal imagem para legitimar seus propósitos. Além disso, cremos como Anderson que as genealogias nacionais são formadas por meio de lembranças e esquecimentos, adotando-se uma ou outra postura de acordo com a situação pretendida. Ao abordar tal tema pelo âmbito ficcional, observamos o quanto a História está próxima da ficção, sendo este romance um espaço de reflexão sobre as “verdades” que se impõem acerca dos nossos heróis e das narrativas sobre a nação como um todo.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BRASIL, Assis. *Tiradentes: poder oculto o livrou da força*. Rio de Janeiro: Imago, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHIAVENATO, Júlio José. *As várias faces da Inconfidência Mineira*. São Paulo: Contexto, 1989.
- HOBSBAWM, Eric J. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- LIMA JÚNIOR., Augusto. *História da Inconfidência de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1968.
- MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. São Paulo: Contexto, 1991.
- MILLIET, Maria Alice. *O Corpo do Herói*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- OLIVEIRA, Sírely Cristina. *A Ditadura Militar (1964-1985) à Luz da Inconfidência Mineira nos Palcos Brasileiros: Em Cena Arena Conta Tiradentes (1967) e As Confrarias (1969)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2003, 224 p.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora da UnB, 1998.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*: ensaios sobre a crítica cultural. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 2001.

Vanessa Maira de Aquino Santos

Mestre em Letras e Graduada em Letras pela Universidade Federal do Piauí.
Professora da Rede Municipal de Ensino de Teresina - Piauí.

Enviado em 30 de dezembro de 2013

Aceito em 30 de março de 2014.